

## RESENHA

---

**HINGLEY, Richard. O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha.** Coleção História e Arqueologia em Movimento, dirigida por Pedro Paulo Funari. Organizadores: Renata Senna Garraffoni, Pedro Paulo Funari, Renato Pinto. Tradução: Luciano César Garcia Pinto. ISBN: 978-85-391-0062-0. São Paulo: Annablume, 2010, 117 p.

*Claudio Umpierre Carlan\**

No Brasil, o estudo da História Antiga sempre ficou legado a um segundo plano. Um local de pouca importância direcionada apenas pelo romantismo e curiosidade sobre civilizações exóticas há muito “desaparecidas”. O cinema tratou de reforçar esse romantismo exacerbado sobre o tema. Amor e aventura em um mundo perfeito, sem pobreza, miséria, fome. Apenas homens musculosos e mulheres curvilíneas. Por que estudar Antiguidade num país que não teve contato direto com as civilizações orientais e clássicas? Não “existem” documentos, leia-se, fontes primárias textuais, em nosso país, que retratam esses povos? Qual estudante e pesquisador em Antiguidade que nunca ouviu essas críticas?

Tendo em vista esse cenário de questões, sem perder de vista o debate, o livro **O Imperialismo Romano: novas Perspectivas a partir da Bretanha**, quatro artigos que compõem a publicação, inéditos na língua portuguesa, de Richard Hingley, descreve uma nova visão sobre a dominação romana na Bretanha, analisando as teorias sobre a romanização; as diversidades e unidades culturais, tanto de Roma, quanto das demais províncias; uma nova

---

\* Doutor em História Cultural pela Unicamp. Professor adjunto da Universidade Federal de Alfenas (Unifal/MG). E-mail: claudiocarlan@yahoo.com.br.

dimensão historiográfica para Muralha de Adriano, atual projeto dirigido por Hingley, com financiamento do *Arts and Humanities Research Council*, órgão de fomento do governo inglês.

Hingley, professor da Universidade de Durham, na Inglaterra, realizou, nos últimos anos, uma verdadeira transformação teórico-metodológica no campo da Arqueologia Clássica e História de Roma, desconstruindo o sistema binário, característica da Europa Ocidental dos séculos XIX e XX. Esse sistema serviu para legitimar o domínio europeu sobre os demais continentes, principalmente o africano e asiático, reforçando as teorias racistas defendidas pelo médico italiano Cesare Lombroso (1835 – 1909) e, no Brasil, pelo antropólogo, médico psiquiatra, professor e legista Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906), neto de ex-escravos.

Nina Rodrigues defendia a teoria de que o Brasil seria um país culturalmente atrasado pela presença de elementos negros e indígenas. A solução, segundo ele, era “branquear” a sociedade brasileira, através da imigração europeia. A personagem do médico e professor baiano Nilo Argolo, do livro de Jorge Amado, **A Tenda dos Milagres**, foi baseada em Nina Rodrigues.

Na introdução, escrita por Pedro Paulo Funari, professor titular de História Antiga da Unicamp e diretor da coletânea História e Arqueologia em Movimento; Renata Senna Garraffoni, professora adjunta da Universidade Federal do Paraná e o doutorando Renato Pinto, do programa de Pós-graduação da Unicamp (que estudou com Hingley na Inglaterra), apresentam para o leitor as contribuições brasileiras sobre o estudo da Antiguidade. Essas contribuições que, durante muitos anos, ficaram ligadas ao exótico ou “perfumaria”, vêm, a cada ano, ganhando notoriedade nos meios acadêmicos, nacionais e internacionais.

Recentemente, em 2009, durante um congresso sobre Antiguidade Tardia, realizado na cidade de Segóvia, Espanha, o historiador Peter Brown, da Universidade de Princeton, elogiou publicamente a produção dos historiadores brasileiros sobre Antiguidade. Segundo Brown, trata-se de obras únicas, tendo, na maioria dos casos, um novo foco documental aliado a uma narrativa muito rica. Brown, leitor de Euclides da Cunha, Machado de Assis e Mário Quintana, que, segundo ele, são escritores voltados para o social, como os poetas da sua terra natal, a Irlanda, é um entusiasta da nossa produção sobre o Mundo Antigo.

Os vários movimentos nacionalistas da década de 1970 deram início a um processo único, sem volta, na historiografia sobre o Império Romano. Essa renovação, influenciada por Edward Said, coloca por terra a política europeia da superioridade branca (leia-se branco europeu) sobre as demais etnias. O padrão cultural europeu, considerado superior aos demais, começa a ruir dentro do mundo acadêmico. Martin Bernal propôs algo semelhante ao defender a tese do *Modelo Antigo Revisado*, no qual a civilização grega teve sua origem nos povos semitas e afro-asiáticos, sendo influenciada diretamente por fenícios e egípcios. Segundo Bernal, historiadores antigos, como Heródoto, identificam essa influência oriental. O modelo antigo revisado ataca e critica o *Modelo Ariano*, que advém do eurocentrismo e racismo dos séculos XVIII e XIX.

O uso do passado para legitimação da identidade britânica e da política imperialista na modernidade é algo que Bernal já havia descrito nos três volumes sobre o modelo antigo revisado, intitulado *Black Athena*. O discurso do poder da Europa foi fundamental para oficializar uma intervenção política e militar nos continentes Asiático e Africano. Afinal, segundo o modelo ariano, assim definido por Martin Bernal, os indo-europeus foram os primeiros a povoar a Grécia Antiga e influenciaram diretamente a cultura europeia, sua legítima herdeira. Por razões políticas, esqueceram, ou melhor, fingiram esquecer, a influência Oriental em Cnossos e Micenas (a porta dos leões, em Micenas, muito lembra a porta dos leões de Hattusa, capital do Império Hitita).

Seguindo essa mesma linha, Hingley critica não apenas o processo de romanização, mas a produção historiográfica moderna sobre esse processo. A Inglaterra, juntamente com os demais países colonialistas europeus, se autolegitimaram herdeiros da cultura clássica greco-romana.

Durante muitos anos, o Império Romano foi o único modelo de Estado centralizado com que os jovens reinos bárbaros germânicos tiveram contato. Reis da Europa Medieval viam em Roma um modelo a ser seguido. Era o único exemplo que tinham sobre uma unificação. Durante o Renascimento Carolíngio, século VIII, Carlos Magno estabeleceu leis segundo as quais tudo que lembrasse a cultura romana fosse preservado. O papa João Paulo II, em seus discursos, fez uma alusão à importância de Carlos Magno e seu avô, Carlos Martel, para a Europa cristã e a União Europeia. Segundo Hingley, vários líderes políticos valeram-se da imagem do Império Romano (p. 28) para legitimar o seu poder político.

O autor descreve que o mito de uma herança germânica, através dos saxões ou celtas, povos considerados pré-romanizados, teve um papel importante na Inglaterra durante a Idade Moderna. A partir do século XIX, pouco antes da unificação, o I Reich alemão utilizou as chamadas “invasões bárbaras” para legitimar a sua origem e História (Wagner e Brahms fizeram o mesmo na música, contando o passado germânico). Em 1871, já no II Reich, Bismarck é representado como um cavaleiro teutônico. A Inglaterra necessitava de um modelo próprio, não saxão: encontrou o romano.

Hingley analisa a importância dos historiadores e arqueólogos da Era Vitoriana e Eduardiana, na realização de uma associação da Grã-Bretanha com Roma. A elite inglesa, o *gentleman*, era educado dentro de uma ótica clássica, defendida pelo sistema de ensino britânico. Até aproximadamente o final da Primeira Grande Guerra, a nobreza e a burguesia inglesas falavam e escreviam fluentemente o grego e o latim. Winston Churchill e Robert Baden-Powell (fundador do escotismo) escreveram vários trabalhos em que estabeleceram um paralelo entre o Império Romano e o Britânico.

O autor realiza uma análise crítica da obra do historiador positivista e arqueólogo inglês Francis Haverfield (1860–1919), professor da Universidade de Oxford, um dos primeiros a tratar da romanização como um fenômeno britânico, comparando o Império Romano com Império Britânico, seu “legítimo herdeiro”. Haverfield atribui à civilização europeia um valor diferente como um todo, sendo descendente direta da civilização romana. Francis John Haverfield formou e influenciou uma grande leva de pesquisadores voltados para a Antiguidade – Thomas Ashby (1874–1931), um dos primeiros estudantes e futuro diretor da Escola Britânica de Roma; e o arqueólogo e filósofo R. G. Collingwood (1889 – 1943), autor do livro **Ideia da História**, figuram entre seus principais alunos.

Como isso, historiadores vitorianos e eduardianos, assim definidos por Hingley, preocuparam-se em identificar um paralelo, uma linha de continuidade no desenvolvimento cultural das civilizações clássicas até o presente, legitimando a ideologia imperialista e o racismo do final do século XIX. Infelizmente, como o racismo, preconceito e a xenofobia, muito dessas teorias *arianas*, segundo Bernal, ainda estão presentes no século XXI.

Um dos grandes méritos do livro consiste em apresentar um estudo detalhado e aprofundado das propriedades relacionadas à economia local e às formas de assentamento rural na Bretanha (modelo para outras províncias

do Império), e os sistemas complexos de organização social, não ficando preso às restritas fontes literárias do período.

O prefácio, escrito pela professora Norma Musco Mendes, da UFRJ, define a obra como uma “rejeição às posturas etnocêntricas, uma visão crítica à visão colonialista europeia”, ou seja, distante da conservadora História a partir da perspectiva dos vencedores.

Hingley não fica preso a críticas, e sim analisa, de forma imparcial, os pontos positivos e negativos tanto da romanização quanto da “moderna” globalização. Além de se tratar de um livro original, de alta qualidade acadêmica, também configura uma decidida visão interdisciplinar. Portanto, trata-se de uma leitura obrigatória para todos os que buscam interpretações bem ancoradas nas documentações originais, escritas, arqueológicas ou iconográficas, nos recentes debates acerca do campo da História Antiga, Teoria e da Filosofia da História.

### **Referências bibliográficas**

BERNAL, M. **Blach Athena**. The afroasiatic roots of Classic Civilization. Rutgers: New Brunswick, 1987.

DA SILVA, G. J. **História Antiga e usos do passado**. Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

FUNARI, P. P. A.; CARLAN, C.U. Arqueologia Clássica e Numismática. **Textos didáticos**, n.62. Campinas: Unicamp/IFCH, 2007.